

|           |           |
|-----------|-----------|
| Ata N.º   | 03/2015   |
| Livro N.º | Folha N.º |
| 6         |           |

## SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### ATA N.º 03/2015 DE 22 DE JUNHO DE 2015

----- Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano dois mil e quinze, na vila de Vila Nova de Paiva e Salão Nobre dos Paços do Município, após convocatórias individuais e edital afixado nos lugares públicos de estilo, em que se anunciava o dia, hora e local da sessão e a respetiva ordem do dia, realizou-se a 3.<sup>a</sup> sessão de natureza ordinária deste órgão deliberativo do Município de Vila Nova de Paiva, do mês de Junho do ano em curso.-----

----- Aberta a sessão pelo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Paulo Manuel Teixeira Marques, eram catorze horas e quarenta e cinco minutos minutos, e feita a chamada, verificou-se estarem presentes os seguintes Membros: -----

----- Dos Membros eleitos: -----

----- Manuel Moraes Ramos -----

----- António Manuel Rodrigues Coelho

----- Ilídio Silva Ferreira -----

----- Mário Jorge Martinho Morgado -----

----- Fernando da Costa Félix -----

----- Rosa Cristina Clara Alves Pinto -----

----- Paula Cristina Sá Nascimento -----

----- Rosa Maria Carvalho dos Santos, em substituição do membro Maria do Rosario Morgado Simões, com suspensão do mandato prevista até 23 de dezembro de 2015.-----

----- Diogo Martins Cardoso -----

----- Dos Representantes das Juntas de Freguesia: -----

----- Jorge Manuel Silva Cerdeira, Presidente da Junta de Freguesia de Pendilhe; -----

----- Augusto Marques Moreira, Presidente da Junta de Freguesia de Queiriga; -----

----- Amândio Martinho Salvador, Presidente da Junta de Freguesia do Touro; -----

----- Ilídio Afonso da Cruz, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas; -----

----- Jorge Manuel Pereira Reis, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Cova à Coelheira. -----

----- Não compareceram à reunião os seguintes membros: José Luís Lopes Ramos, Helena Isabel Mota Afonso Reis, Pedro Alexandre Afonso de Sousa, José Manuel Afonso Rodrigues e José Manuel Nascimento Correia Alves -----

----- Em representação da Câmara Municipal esteve presente na sessão o Sr. Presidente da Câmara, José Morgado Ribeiro, em cumprimento do disposto na alínea r), do n.º 1, do art.º 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, conjugada com os n.ºs 1 e 2 do art.º 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pelas Leis n.ºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e 75/2013, de 12 de Setembro. -----

----- Dado que a primeira e o segundo secretário não compareceram à sessão, o Sr. Presidente chamou para os substituir na Mesa o Sr. Diogo Martins Cardoso e a Sr.<sup>a</sup> Paula Cristina Sá Nascimento.-----

----- Verificando-se haver quórum, e uma vez devidamente constituída a mesa, o Sr. Presidente da Mesa deu início aos trabalhos:-----

#### -----**PERÍODO “ANTES DA ORDEM DO DIA”**-----

##### ----- **1.1 - Leitura e apreciação de expediente diverso:** -----

###### ----- **a) Expediente recebido** -----

----- O Presidente da Assembleia deu a conhecer e fez-se apreciação do expediente recebido no período compreendido entre 01 de maio e 22 de junho de 2015.-----

###### ----- **b) Justificação de Faltas de membros da Assembleia Municipal às Sessões do Órgão Deliberativo:**-----

----- Apresentaram por escrito, pedido de justificação de falta à sessão do 30 de abril, o membro Sr. António Manuel Rodrigues Coelho, e à sessão de hoje, dia 22 de junho os membros Srs. Pedro Alexandre Afonso de Sousa, José Luís Lopes Ramos e José Manuel Afonso Rodrigues. -----

----- A Mesa da Assembleia deliberou por unanimidade e escrutínio secreto, aceitar os pedidos e justificou as respetivas ausências.-----

##### ----- **1.2 - Outros assuntos típicos do “Período Antes da Ordem do Dia”;** -----

----- Não tendo havido inscrições para o período antes da ordem de trabalhos, passou-se de imediato à análise da ordem do dia, oportunamente enviada a todos os membros, como segue:-----

#### ----- **ORDEM DO DIA** -----

##### ----- **a) - Apreciação e votação dos texto definitivo da ata da Sessão ordinária do dia 30 de abril de 2015, aprovada e assinada em minuta na própria reunião.** -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a ata da sessão ordinária do dia trinta de abril de 2015. -----

|           |           |
|-----------|-----------|
| Ata N.º   | 03/2015   |
| Livro N.º | Folha N.º |
| 6         |           |

----- **b) 3.ª Revisão das Grandes Opções do Plano (GOP) e Orçamento do exercício de 2015** – Proposta aprovada em reunião da Câmara Municipal do dia 19 de junho de 2015 – Apreciação e votação. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara justificou a necessidade da 3.ª Revisão.-----

----- Não tendo havido inscrições para este ponto da ordem do dia, o Sr. Presidente da Mesa colocou-o de imediato a votação.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado unanimidade, aprovar a 3.ª Revisão às GOP e Orçamento para o ano de 2015.-----

----- **c) Proposta de assunção do compromisso plurianual subjacente ao contrato de Partilha de Poupanças Líquidas a celebrar com o Fundo de Eficiência Energética (FEE) - Apreciação e aprovação** -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal datada de 18 de junho, aprovada em reunião ordinária do dia 19 de junho de 2015, do seguinte teor integral: -----

*“Considerando que:*

*a) No âmbito do Aviso POVT-65-2014-88 a CIMVDL – Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões apresentou candidatura ao POVT – Programa Operacional Temática Valorização do Território com o projeto “Eficiência Energética na Iluminação Pública – Viseu Dão Lafões”, no âmbito do Eixo Prioritário II – Sistemas Ambientais e de Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos, no Domínio de Intervenção – Energias Renováveis e Eficiência Energética, envolvendo treze dos catorze municípios associados, candidatura essa que foi aprovada em 13 de fevereiro de 2015 pela Comissão Diretiva daquele Programa, operação notada por POVT-12-0765-FCOES-000029.*

*b) O Contrato de Financiamento entre o POVT e a CIMVDL foi celebrado em 6 de março de 2015, sendo a despesa total elegível aprovada na Decisão Favorável de Financiamento do POVT no montante global de € 1.987.795,40, com a comparticipação financeira máxima correspondente a 85% deste montante.*

*c) Aquele projeto encontra-se alinhado com as orientações previstas no Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE) constantes do anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2008, de 20 de maio, constando da referida Decisão que a operação aprovada ficaria sujeita à condicionante de assinatura do contrato de partilha de poupanças líquidas com o Fundo de Eficiência Energética (FEE), a realizar por cada Município, no prazo máximo de três meses após a aprovação.*

d) O Fundo de Eficiência Energética (FEE) foi criado pelo Decreto-Lei n.º 50/2010, de 20 de maio, e tem como objetivo financiar os programas e medidas previstas no PNAEE, nomeadamente no apoio a ações de cariz transversal indutoras da eficiência energética nas áreas dos comportamentos, fiscalidade e incentivos e financiamentos.

e) Na referida Decisão consta a percentagem de partilha de poupanças a entregar ao FEE por cada Município, bem como o período durante o qual deverão ser realizadas tais entregas, conforme Mapa que se anexa, sendo que no caso do Município de Vila Nova de Paiva a percentagem é de 50% com um montante de partilha anual a entregar ao FEE no montante de € 7.737,07 (sete mil, setecentos e trinta e sete euros e sete cêntimos), durante sete anos, o que perfaz o total previsto de € 54.159,49 (cinquenta e quatro mil, cento e cinquenta e nove euros e quarenta e nove cêntimos).

f) Conforme cláusulas 2.ª e 3.ª da Minuta do Contrato de Partilha de Poupanças Líquidas a celebrar com o Fundo de Eficiência Energética (FEE), anexa à presente proposta dela fazendo parte integrante, as entregas serão efetuadas mensalmente, no montante total de € 644,76 (seiscentos e quarenta e quatro euros e setenta e seis cêntimos), com início previsto em outubro de 2015, visto que está a decorrer neste momento no Município o procedimento pré-contratual de formação de contrato para adjudicação da Execução da Empreitada de Obra Pública, com Fornecimento e Montagem de Reguladores de Fluxo Luminoso.

g) O referido prazo de três meses encontra-se já ultrapassado, sem que tenha sido celebrado o respetivo contrato com o FEE, pelo que o POVT notificou a CIMVDL de que, até ao próximo dia 30 de junho de 2015, deverão ser remetidas ao FEE todas as indicações necessárias dos Municípios para a celebração destes contratos, de modo a que a mesma possa ser concretizada no início de julho.

h) De acordo com a alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º da designada Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, está sujeita, no que respeita aos municípios, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

i) Por sua vez, o art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, que regulamenta a LCPA, vem dispor, no que diz respeito aos municípios, que a referida autorização prévia poderá ser dada quando da aprovação das Grandes Opções do Plano (GOP), o

|           |           |
|-----------|-----------|
| Ata N.º   | 03/2015   |
| Livro N.º | Folha N.º |
| 6         |           |

*que foi oportunamente efetuado neste Município, para o ano de 2015, pela Assembleia Municipal de Vila Nova de Paiva na sua sessão ordinária realizada no dia 15 de dezembro de 2014, desde que se trate de compromissos plurianuais enquadráveis no âmbito das alíneas a) e b), do n.º 1, do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, mantido em vigor pelo art.º 14.º, n.º 1, alínea f), do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, que aprovou em anexo o Código dos Contratos Público (CCP).*

*j) Porém, como o compromisso plurianual a assumir no Contrato de Partilha de Poupanças Líquidas a celebrar com o Fundo de Eficiência Energética (FEE), tem um prazo de execução superior a três anos, não se enquadra na alínea b) do n.º 1 do art.º 22.º do referido Decreto-Lei n.º 197/99, pelo terá que a Assembleia Municipal de autorizar tal compromisso.*

*Nesta conformidade, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere:*

*1.º) Aprovar o clausulado do Contrato de Partilha de Poupanças Líquidas a celebrar com o Fundo de Eficiência Energética (FEE), conforme minuta anexa;*

*2.º) Aprovar a presente proposta de autorização do compromisso plurianual a assumir com o referido contrato, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal ao abrigo da alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º da designada Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março.”-----*

*----- Abertas as inscrições para este ponto da ordem do dia, inscreveu-se e usou da palavra o Sr. Fernando Félix, tendo questionado o Sr. Presidente da Câmara como segue: -----*

*“Srs. Presidentes e caros colegas permitam-me que solicite ao Sr. Presidente da Câmara o seguinte esclarecimento: na primeira página da proposta refere-se a candidatura da CIMVDL ao POVT “envolvendo treze dos catorze municípios associados”, perguntando eu apenas o nome do município que não participa e quais as razões de tal não participação.”*

*----- O Sr. Presidente da Câmara informou que o município de Oliveira de Frades , não participa, por força desta eficiência energética ser direcionado para equipamentos de Piscinas e aquele município ter recentemente acabado de construir as suas Piscinas Municipais, não tendo por isso necessidade de aderir.-----*

*----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta acima transcrita. -----*

*----- **d) Informação sobre a atividade municipal** nos termos nomeadamente do art.º 25º, n.º 2, alínea c) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro: -----*

----- Conhecimento dos trabalhos efetuados por administração direta durante os meses de maio a junho do ano em curso, através de documentos elaborados pelos serviços da Divisão Técnica de Obras e Urbanismo (DTOU); -----

----- Conhecimento dos textos das atas das reuniões da Câmara Municipal realizadas no período compreendido entre 01 de Maio e 22 de Junho; -----

----- Conhecimento da situação financeira do Município, através dos mapas do controlo orçamental da receita e da despesa com reporte ao período de 01 de Janeiro a 22 de junho, extraídos do Sistema de Contabilidade Autárquica (SCA), em uso na Divisão de Administração e Finanças (DAF); -----

----- Conhecimento dos processos judiciais em curso, bem como a fase processual em que se encontram, conforme informação elaborada pelo setor de assessoria jurídica junto da DTOU. -----

----- O Presidente da Câmara referiu que uma vez que a relação da actividade municipal foi oportunamente entregue à Assembleia considera ser dispensável a sua leitura, estando disponível para responder às questões que lhe queiram colocar.-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Nos termos 71.º do Regimento da Assembleia Municipal, foi aberto ao público um período de intervenção para esclarecimentos, nomeadamente sobre matérias constantes da ordem do dia da Sessão.-----

----- Não houve publico na presente sessão.-----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA** -----

----- A presente acta foi aprovada em minuta por unanimidade, nos termos do n.º 3 do art.º 57.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de Setembro.-----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Finda a Ordem do Dia e uma vez tratados todos os assuntos, o Sr. Presidente da Mesa deu como encerrada esta sessão, eram quinze horas e vinte e cinco minutos.-----

----- Todos os documentos citados nesta ata e que serviram de base ao que nela foi apreciado, constam da pasta de documentos anexos às atas da Assembleia Municipal e dão-se aqui por transcritos para todos os efeitos. -----

----- Para que conste lavrou-se a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

---

---

---

---

---